

**Discurso pronunciado pelo conselheiro Sebastião Tejota, na solenidade de transferência do cargo de Presidente do TCE ao conselheiro Edson Ferrari, em 11 de janeiro de 2007, no Plenário Henrique Santillo**

Senhoras e Senhores

***“O futuro não é o lugar para onde estamos indo, mas um lugar que estamos criando. O caminho para ele não é encontrado, mas construído, e o ato de fazê-lo muda tanto o realizador quanto o destino”.***

Busco inspiração neste pensamento, de autoria desconhecida, apropriadamente inserido na edição do Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, 2006-2010, para esta ocasião festiva e para os dias venturosos que, sob a proteção de Deus, por certo nos virão.

Não tenho, é certo, o dom da clarividência e muito menos posso sondar a alma de ninguém, nem dos mais próximos, mas, posso imaginar que o sentimento a tomar a alma do conselheiro Edson Ferrari é, se não igual, semelhante ao que tive, há um ano, quando assumi o honroso cargo de Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Um misto de gratidão aos nobres pares pela confiança depositada; o propósito de realizar uma boa gestão; e, a natural ansiedade que antecede cada nova etapa em nossas vidas.

Hoje, ao transmitir o cargo de Presidente desta Corte ao meu colega e particular amigo, Edson Ferrari, o faço com a tranquilidade de quem fez tudo o que lhe foi possível, e, ainda mais, por saber que o Tribunal estará confiado a mãos seguras, competentes, operosas e comprometidas com os altos desígnios da Administração Pública.

Então, é com muita alegria que me dirijo aos senhores e senhoras, para, de público, registrar nossa satisfação com a nova direção deste Tribunal, composta ainda pelo vice-presidente Carlos Leopoldo Dayrell e pelo corregedor Gerson Bulhões. E, como não poderia deixar de ser, para prestar-lhes contas do que aqui foi feito no exercício de 2006.

Gostaria de começar repetindo o agradecimento que fiz na ocasião aos meus colegas conselheiros, pela escolha com que me distinguiram. Permitam-me citar-lhes os nomes: Carlos Leopoldo, Naphtali Alves, Milton Alves, Gerson Bulhões, Edson Ferrari e Frederico Jayme, que mais tarde se aposentaria. E, no decorrer do ano, a compreensão, a orientação e o apoio com que me acorreram, aí então com a mais recente e feliz aquisição desta Corte de Contas, a conselheira Carla Santillo.

Devo registrar também, por dever de justiça, meus agradecimentos à colaboração que recebi, indistintamente, de todo o corpo funcional do TCE, desde o mais qualificado ao mais humilde de seus servidores. Faço questão de frisar a atuação do Ministério Público Especial, capitaneado pelo nosso Procurador-Geral, Fernando Carneiro dos Santos; dos nossos Auditores, Luiz Murilo Pedreira e Souza, Mário Dayrell e Guilherme Valente; do Presidente do Sercon, Kleber França; do

Presidente do Sinficon, Gildomar Hilário; e, da presidente da Associação dos Aposentados, Vera Jardim.

Ao assumir a Presidência do TCE tinha por meta tornar o órgão, segundo os princípios consagrados no Direito alemão, simples, útil e rápido. É uma meta que permanece e que deve ser buscada no dia-a-dia da prestação jurisdicional. É o que espera de nós a sociedade, cada vez mais cônica de seus direitos e interessada em participar efetivamente do controle social.

Foi assim que repassamos esta orientação aos diretores de divisões e de serviços, para a adoção de procedimentos, métodos e rotinas destinadas a racionalizar e agilizar processos e serviços. Ao mesmo tempo e em outro campo de atuação, buscamos estreitar o relacionamento e parcerias com outras instituições, notadamente a Assembléia Legislativa, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público.

Os frutos desse trabalho já começam a ser colhidos, de forma concreta e cabal. Do melhor entrosamento com o Legislativo conseguimos a aprovação, em tempo recorde e da forma como o proposto, a criação da Sexta Divisão de Fiscalização, destinada a fiscalizar e controlar a receita pública estadual, em todos os seus aspectos, e, o aumento do quantitativo para procuradores de contas e auditores, para suprir deficiências deste Tribunal. Aprovada a deliberação de realização de concurso público para provimento destas vagas, a comissão incumbida de sua realização está ultimando a fase interna.

Se a Constituição estabeleceu o controle a posteriori da despesa pública, também instituiu, para as Cortes de Contas, ações de controle concomitante, de cunho pedagógico e até preventivo, como é o caso das medidas cautelares. Buscamos então direcionar a ação do nosso Tribunal para, sem descuidar de seu caráter fiscalizador e sancionador, ampliar a atuação no campo da orientação e da prevenção – sem dúvida alguma mais úteis, rápidos e proveitosos para o Estado e a sociedade.

Afinal, de que vale a justiça tardia? De há muito nos ensina a sabedoria popular, que não adianta chorar o leite derramado. Do que se aproveita a penalidade aplicada em caso de má gestão, de desvio ou alcance do recurso público, se, na grande maioria dos casos, é praticamente impossível recuperar o que escoou pelos ralos da incompetência e da corrupção?

Então, é preciso reconhecemos como inovadoras, eficientes e válidas decisões como a que, no ano passado, esta Corte adotou, ora para suspender um concurso público que estava sendo preparado sem as devidas cautelas sobre as provas, ora para a correção de um edital de licitação, conformando-o à legislação específica. E ressaltar que as suspensões cautelares foram tomadas – como o próprio nome indica - a tempo de se evitar prejuízos ao Estado e a terceiros ou ações judiciais caras e demoradas. Acionadas, as autoridades responsáveis foram instadas a fazer as adequações, providenciando-as a seguir, na maioria dos casos, sem perda dos prazos editalícios.

A ação pedagógica, de utilidade e parceria a que me referi a pouco, fez com que o Tribunal de Contas não só apontasse erros, mas contribuísse decisiva e efetivamente para soluções como a dos aprovados no concurso da Agência Goiana de Negócios Públicos, quando intermediamos e auxiliamos na negociação entre os selecionados e o governo, para fixação de um cronograma de chamada e de lotação.

No mesmo sentido de ação pedagógica e preventiva, acrescido da verificação dos resultados obtidos pelos diversos programas governamentais, as Auditorias de Natureza Operacional, as Anops, mereceram atenção especial no exercício de 2006. Foram oito programas auditados, resultando em relatórios abrangentes e pormenorizados de cada um, com diagnóstico completo, indicação dos acertos, falhas e indicação de ações corretivas. Sem dúvida alguma, nenhum governante poderia desprezar uma contribuição tão valiosa quanto esta. E receber a auditoria, não como a fiscalização pura e simples, tradicional, e sim como colaboração do mais alto gabarito técnico, com alto grau de isenção, para a correção das eventuais falhas e se chegar, na ponta da linha, ao sucesso do programa, a boa política de resultados e a aprovação do governo.

Sobre a qualidade técnica das Anops é de se ressaltar o emprego, pela primeira vez, de especialistas nas áreas de medicina e de saúde oral em programas específicos, com vistas à fidelidade e propriedade das informações e conclusões. Os levantamentos não se limitaram à documentação ou entrevistas com gestores e servidores públicos, indo mais, às inspeções in loco, no caso das obras físicas, oitiva dos usuários e prestadores de serviços, para aferição inclusive do grau de satisfação do público alvo. Medem-se os resultados também no plano da economicidade.

Em 2006 o Tribunal de Contas celebrou convênio com a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para estabelecimento dos procedimentos de execução e os partícipes, no contrato para implementação do Programa Nacional de modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, o Promoex. Outro convênio, também com vistas ao Promoex, foi assinado pelo TCE com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, Atricon, para apoio técnico à execução do programa, com a readequação do plano operativo. Demos sequência aos cursos de capacitação e participamos dos fóruns realizados em Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Recife.

Graças ao empenho e dedicação de nossos técnicos e dos consultores contratados, pudemos legar ao Tribunal de Contas, no final do mês passado, dentro do seu Programa de Modernização e Qualidade, o Plano Estratégico para os próximos três anos. Antes, em 2006, com a criação do programa de qualidade, realizamos o primeiro planejamento estratégico anual da instituição. Contém instrumental importante para o alcance da eficiência, eficácia e efetividade dos serviços que prestamos ao Estado e à sociedade, após vasto trabalho de levantamento e definição da identidade organizacional, análise de fraquezas e de pontos fortes, ameaças e oportunidades – tudo isso para se chegar às diretrizes que nortearão a ação deste Tribunal, até o ano de 2010.

Também no apagar as luzes de 2006, coroando as tratativas encetadas ao longo dos meses, assinamos protocolo através do qual o Banco do Brasil transferiu ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás a quantia de um milhão e 60 mil reais. Dinheiro destinado a investimentos físicos do TCE e que já se acha depositado na conta do Fundo de Modernização e Aparelhamento.

Na área de pessoal, dentre outras realizações, destacamos a implantação da Gratificação de Desempenho Geral, de 30 %, aos nossos servidores; nove cursos de especialização em áreas diversas, com um total de 170 horas aulas.

Com vistas a dar maior visibilidade à atuação desta Corte, implantamos o Telejornal TCE-GO na TV, veiculado pela TV Assembléia; reeditamos e demos regularidade ao jornal impresso e lançamos o jornal mural, como veículo de comunicação interna. Todos esses produtos também

estão disponibilizados ao público no site desta Corte. Editamos, para distribuição ao público infanto-juvenil, a cartilha Romãozinho, no formato quadrinhos, para difusão do que é, o que faz e para que serve o Tribunal de Contas.

São realizações, no meu entender, que transcendem, em importância, ao plano das obras físicas, embora destas não possamos prescindir, até mesmo como plataforma sobre a qual se assentam os técnicos para o desempenho de suas funções, com maior eficiência.

Assim é que, no campo da informática, pudemos desenvolver vários sistemas, dentre os quais destacamos a digitalização de documentos, que permite a numeração, controle de tramitação e consulta através do Gerenciamento de Processos, o Gpro, implantado no Serviço de Comunicações. Na Secretaria Geral foi implantado o programa Gerência de Responsáveis, para recebimento do rol dos responsáveis pelos órgãos estaduais, via internet, com os atos de nomeação e de exoneração.

Já desenvolvido e aguardando a assinatura de convênio com o Banco do Brasil, para sua implantação definitiva, programa Gerência de Boletos vai permitir a geração de boletos para recolhimento de multas impostas pelo Tribunal de Contas e o seu controle informatizado.

Em fase de treinamento e implantação, estamos deixando para nosso sucessor a finalização do programa Gerência de Orçamento, que permitirá o acompanhamento mensal do movimento contábil da execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado, possibilitando o cruzamento destas informações com dados orçamentários e financeiros do Sistema já existente na Secretaria da Fazenda.

Já com 95% de suas etapas concluídas, o programa Gerência de Pessoal Externo possibilitará, em breve, o recebimento via internet das prestações de contas das folhas de pessoal dos órgãos estaduais, com significativa redução na quantidade de páginas por processo, resultando, no final, em economia e celeridade processuais, além de facilidades para os prestadores de contas e a análise das mesmas, nesta Corte.

Nossa Divisão de Processamento de Dados também está trabalhando, em fase adiantada, na implantação do programa Gerência de Apoio ao Controle Externo, para, via intranet, prover informações gerenciais sobre a despesa, em sua primeira versão, e, na segunda, a receita do Estado, aí incluídos seus fundos, visando subsidiar o Tribunal de Contas na realização de inspeções e auditorias. Bem assim os programas Gerência do Financeiro, destinado a acompanhar os fundos de modernização e rotativo desta Corte, com emissão de relatórios gerenciais e fiscais; Gerência de Balanços e Gerência de Registros.

Foram mantidos e aprimorados o Webmail TCE e os programas Gerência de Processos, de registros, de Contratos e Convênios, Plenário e o Site do Tribunal. O DPD atendeu a cerca de três mil ordens de serviço, trocou 50 impressoras, instalou o aplicativo Open Office em todos os computadores do TCE; instalou 28 novos pontos de rede sem fio, além de confeccionar as novas carteiras funcionais e aquisição de dois servidores multiprocessados, para atendimento da demanda representada pelos novos sistemas implantados ou em fase de desenvolvimento.

Poderia ainda me estender sobre as realizações em setores como o patrimônio e material, transportes, gráfica e outros, mas já seria abusar da paciência das senhoras e dos senhores.

Então, finalizando, volto minha atenção ao novo Presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Edson Ferrari. Sei de sua competência. Conheço-o de sua comprovada dedicação e eficiência nos cargos que já ocupou.

Dou testemunho de suas melhores intenções para a gestão desta Corte. No seu caso, a juventude não lhe pesa como inexperiência. Antes, fala a seu favor, na medida do seu entusiasmo, vontade empreendedora e sintonia com as aspirações da sociedade, por uma Administração Pública primada pela transparência, obediência aos princípios éticos e morais.

Mais que convicção, tenho certeza de que a gestão de Edson Ferrari representará avanços importantes para este Tribunal e, de consequência, para o Estado de Goiás e de sua gente. Sei ainda que o novo Presidente contará, como eu pude contar, em todas as ocasiões em que precisei, da orientação amiga, segura e precisa de seus pares, da imprescindível colaboração dos nossos auditores e do Ministério Público Especial que aqui se assenta.

E que não lhe faltará a participação dos excepcionais quadros técnicos deste Tribunal, como de resto todo o corpo funcional, empenhados todos que estaremos, na construção de dias melhores, do futuro e do destino pleno de realizações, como aquele idealizado pelo anônimo autor do preâmbulo do nosso Planejamento Estratégico.

(agradecimento às autoridades presentes )

Muito obrigado!

(Discurso pronunciado pelo conselheiro Sebastião Tejota, na solenidade de transferência do cargo de Presidente do TCE ao conselheiro Edson Ferrari, em 11 de janeiro de 2007, no Plenário Henrique Santillo)